

Pela Ótica Feminina: Um Estudo Preliminar das Biografias Jornalísticas sobre Maria Bonita e Santa Dulce dos Pobres¹

Felipe ADAM²

Doutorando

Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, RS

Resumo

Este artigo se propõe a realizar um esboço da fundamentação teórica a ser aplicada na tese de doutorado. O texto se pauta em estabelecer conexões com a modernização da indústria editorial no Brasil, a partir da década de 1920, até alcançar os anos 2000, além de apontar o alcance do gênero biográfico. O artigo também analisa duas obras escritas por jornalistas mulheres cujas protagonistas também são mulheres – *Maria Bonita - sexo, violência e mulheres no cangaço* (NEGREIROS, 2018) e *Santa Dulce dos Pobres - a vida, a fé e a santidade do Anjo Bom da Bahia* (GODOY, 2019) - a partir da metodologia da metabiografia (VILAS BOAS, 2008). Como resultado, infere-se que as duas mulheres retratadas nos livros biográficos se aproximam de pessoas comuns, ao contrário de serem bajuladas e intocáveis.

Palavras-chave: História da Mídia Impressa; Biografias Jornalísticas; Indústria Cultural; Maria Bonita; Santa Dulce dos Pobres.

Introdução

Há quase 100 anos, um grupo de pesquisadores marxistas, de diferentes áreas de trabalho, começou a investigar a economia, a sociologia, a literatura em busca de uma identidade alemã. De várias formas, associado aos contextos sociais, os estudiosos associados ao Instituto de Pesquisa em Ciências Sociais, vinculado à Universidade de Frankfurt, “[...] traduziram a desilusão de grande parte dos intelectuais com respeito às transformações do mundo contemporâneo, seu ceticismo quanto aos resultados do engajamento político revolucionário, mas também o desejo de autonomia e de independência do pensamento” (MATOS, 1993, p. 5), ao contrário dos pesquisadores alinhados aos estudos estruturalistas, que se preocupavam mais em descrever os fenômenos de maneira isolada.

Ao longo da década de 1940, durante a perseguição nazista aos judeus pela Europa e posterior exílio em países do próprio continente e, em seguida, ao Estados Unidos,

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa, integrante do XIII Encontro Nacional de História da Mídia.

² Jornalista e doutorando em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Bolsista com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: felipeadam91@gmail.com.

Theodor Adorno e Max Horkheimer iniciaram estudos de cultura relacionados aos meios de comunicação. Em 1947 publicaram a *Dialética do Esclarecimento*, cujo capítulo “A indústria cultural: O Esclarecimento como mistificação das massas” seria fundamental para a compreensão da corrente de pensamento frankfurtiana. Ao observarem que os bens culturais são produzidos de maneira industrial, semelhante a uma mercadoria, Adorno e Horkheimer (1995, p. 120) inferem que “Quanto menos promessas a indústria cultural tem a fazer, quanto menos ela consegue dar uma explicação da vida como algo dotado de sentidos, mais vazia torna-se necessariamente a ideologia que ela difunde”.

Rüdiger (2015, p. 138) alerta que a expressão indústria cultural faz alusão “[...] a uma prática social, através da qual a produção cultural e intelectual passa a ser orientada em função de sua possibilidade de consumo no mercado”. Comprar um produto significa assumir a essência desse produto a partir do que ele emana de influência. “As obras de arte e as próprias ideias, senão as pessoas, são criadas, negociadas e consumidas como bens cada vez mais descartáveis” (RÜDIGER, 2015, p. 139). Embora a Escola de Frankfurt tenha assumido uma visão pessimista dos meios de comunicação na cultura, vale lembrar o contexto o qual os estudos estão inseridos: movimentos totalitários, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, Maio de 68. Apesar desse panorama radical, os estudos influenciaram outras gerações de pesquisadores a repensarem métodos ou tendências.

Como o objetivo da futura tese é identificar a contribuição da produção biográfica de mulheres jornalistas à história do jornalismo brasileiro (1990 a 2020), a intenção do presente trabalho é antecipar uma discussão a respeito da fundamentação teórica, ainda preliminar, aplicado na pesquisa de doutorado. Para tanto, pautou-se a seguir na evolução da indústria editorial no Brasil em torno da figura de Monteiro Lobato e, em seguida, trata-se da massificação cultural no contexto dos anos 1950 a 1970 – muito influenciada pelos aspectos da indústria cultural. Adiante, a instabilidade da década de 1980 e o surgimento das editoras independentes no país, associado a busca por histórias de vidas que foram reprimidas pela ditadura militar. Por fim, o artigo aproveita o espaço para testar a metodologia da metabiografia (VILAS BOAS, 2008) em duas obras biográficas escritas por mulheres jornalistas - *Maria Bonita - sexo, violência e mulheres no cangaço*, assinado por Adriana Negreiros (2018) e *Santa Dulce dos Pobres – a vida, a fé e a santidade do*

Anjo Bom da Bahia, produzido por Mariana Godoy (2019) – e que farão parte da amostra da futura tese.

Aspectos Pioneiros da Indústria Editorial Brasileira

Parte do que a indústria editorial brasileira presencia nos dias de hoje se deve ao paulista José Bento Monteiro Lobato. Nas horas vagas como fazendeiro, Monteiro Lobato aproveitava para elaborar contos sobre a rotina dos vizinhos caipiras. Num desses textos, “[...] descrevera os casebres dos caboclos a brotar da noite para o dia no meio da floresta como os cogumelos que nascem sobre a madeira podre – o urupê – e isso lhe forneceu o título para um artigo em que retornou o ataque ao Jeca Tatu e seu modo de vida indolente e antissocial” (HALLEWELL, 2017, p. 351). Dali para a publicação de *Urupês* em 1918 foi apenas questão de tempo. Como primeiro livro, a estreia foi um sucesso, entretanto, a boa vendagem coincidiu “[...] à natureza revolucionária, oportuna e persuasiva do livro” (HALLEWELL, 2017, p. 353) em revelar os problemas enfrentados pelo homem do campo.

O lançamento de *Urupês* levou Monteiro Lobato a enxergar como o mercado editorial era mal administrado naquele jovem Brasil republicano. O problema era a escassa rede de pontos de venda espalhados pelo país, já que naquele momento, o país tinha pouco mais de 30 livrarias e ainda, concentradas nos mesmos lugares (HALLEWELL, 2017). Os ditos letrados procuravam nos jornais o que os livros não forneciam: notoriedade e um pouco de dinheiro (SODRÉ, 1999). Nos anos 1920, São Paulo começa a respirar novos ares. Não era só o crescimento fabril que estava em franca expansão, mas também a indústria editorial. “O que havia de novo era o elemento nacionalista, o reconhecimento da realidade brasileira e a preocupação com essa realidade; e, nisso, a inspiração exemplar e não reconhecida pelos modernistas foi, com toda certeza, o *Urupês*, de Monteiro Lobato” (HALLEWELL, 2017, p. 361), obra esta que expunha um regionalismo crítico.

Porém, engana-se quem ache que a aventura de Lobato se restrinja aos personagens Jeca Tatu ou ao mundo fantasioso de Narizinho, Pedrinho e da boneca Emília no Sítio do Pica-Pau Amarelo. O escritor se destacou na revolução editorial enquanto homem de negócios à frente da Monteiro Lobato & Cia (futura Companhia Editora Nacional). “Pode-se dizer que Monteiro Lobato foi o primeiro escritor a conceber a

literatura como mercadoria” (COSTA, 2005, p. 75). Uma das prioridades foi pensar o livro enquanto produto de consumo para a massa e a atração começava pela capa com desenhos e cores (HALLEWELL, 2017). Ademais, citam-se as melhoras na aparência interna com diagramações renovadas e fontes chamativas, as quais melhoravam a qualidade da impressão, além dos anúncios pagos em jornais.

Massificação de Livros e Instabilidade Política no Brasil

Para Ortiz (2001, p. 38), seria apenas “[...] na década de 40 que se pode considerar seriamente a presença de uma série de atividades vinculadas a uma cultura popular de massa no Brasil”. Quanto à indústria do livro, a expansão no Brasil era muito fraca. Com a taxa de analfabetismo ainda muito grande e os escritores não conseguirem ser valorizados como profissionais, o número de editoras começou a cair: de 280 em 1948, para 144 em 1953 (ORTIZ, 2001). Entre as razões, “[...] a importação subsidiada do papel se aplicava somente aos jornais e não aos livros, os impostos alfandegários e a taxa do dólar faziam com que se tornasse mais barato importar livros do que papel para imprimilos no Brasil” (ORTIZ, 2001, p. 46). Mesmo com esses problemas, o mercado editorial conseguiu sobreviver, muito em virtude de dois dos principais editores brasileiros no período: José Olympio e Ênio Silveira. Contemporâneos, Olympio e Silveira foram os responsáveis pela renovação do catálogo, com aposta em livros estrangeiros raros e autores nacionais em tiragens elevadas.

Olympio possuía um *casting* de escritores do quilate de José Lins do Rego, Oswald de Andrade, Vinícius de Moraes, Carlos Drummond de Andrade, entre outros (HALLEWELL, 2017). Embora fosse paulista do interior, Olympio fez carreira no Rio de Janeiro com a loja estrategicamente montada na Rua do Ouvidor³, onde servia para ponto de encontro, uma espécie de clube intelectual. Durante o Estado Novo, mesmo tendo conhecido o presidente Vargas por intermédio do amigo Lourival Fontes – responsável pela pasta das Comunicações -, o editor José Olympio também sofreu com a censura do período getulista, não somente com apreensão de livros, mas também de detenções de escritores (HALLEWELL, 2017).

³ O logradouro se originou no fim do século XVIII e se tornou o principal ponto de encontro da população carioca interessada nas novidades europeias. O charme da rua se estendeu até meados de 1900, quando o auge cultural se mudou para a recém-inaugurada Avenida Central; mais tarde, Avenida Rio Branco.

Ex-vice-presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e ex-presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), Ênio Silveira, por sua vez, comandava a Civilização Brasileira e essa liderança representou uma revolução editorial em publicidade e produção gráfica na década de 1950, análoga às proporções que Monteiro Lobato idealizou. Apostou em autores nacionais do tino de Carlos Heitor Cony, Dalton Trevisan, Dias Gomes, Ferreira Gullar, Millôr Fernandes, Raimundo Magalhães Jr. Buscou variedades de traduções em *best-sellers* garantidos, desde o inglês George Orwell e o norte-americano Ernest Hemingway ao argentino Júlio Cortázar e o tcheco Franz Kafka. Outra novidade foi o investimento na tiragem da obra-prima *Lolita*, do russo Vladimir Nabokov: graças à distribuição publicitária em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Recife, o resultado foram mil exemplares comercializados em dez meses (HALLEWELL, 2017).

Em busca de identidade nacional, o mercado do livro vai descobrir um nicho literário originado pelo campo da história: o gênero biográfico. Entre os jornalistas, Raimundo Magalhães Jr., que modernizou o gênero com *Três panfletários do Segundo Reinado* (1956), *Dom Pedro II e a condessa de Barral* (1956), *Deodoro: A espada contra o Império* (1957), *Rui, o homem e o mito* (1964), entre outras obras (ANDRADE, 2013). Como observado nos títulos acima, os biografados eram figuras relativamente distantes do público; portanto, pertenciam a um imaginário social. A atração pelas biografias não era nova, apenas reforçava aquilo que Hollywood já fazia muito bem. Influenciado pelas histórias que o cinema exibia - como referência às narrativas dos grandes homens, personalidades exemplares e que pudessem fornecer algum legado aos espectadores -, as biografias encarnavam protagonistas oriundos de uma fábrica de heróis. “Cada época cria seus heróis e lhes atribui, quer sejam de uma época distante, próxima ou atual, seus próprios valores. O herói cristaliza em si uma simbolização coletiva” (DOSSE, 2015, p. 151-152). Em 1950, a televisão é implantada, uma novidade que irá alterar o modo de consumo nos lares brasileiros; todavia, iniciará os trabalhos de maneira precária.

Seria difícil aplicar à sociedade brasileira deste período o conceito de indústria cultural introduzido por Adorno e Horkheimer. Evidentemente as empresas culturais existentes buscavam expandir suas bases materiais, mas os obstáculos que se interpunham ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro colocavam limites concretos para o crescimento de uma cultura popular de massa. [...] Porque a indústria cultural integra as pessoas a partir do alto ela é autoritária,

impondo uma forma de dominação que as “sintoniza” a um centro ao qual elas estariam “ligadas”. Porém, a padronização promovida por e através dos produtos culturais só é possível porque repousa num conjunto de mudanças sociais que estendem as fronteiras da racionalidade capitalista para a sociedade como um todo. (ORTIZ, 2001, p. 48-49).

No Brasil, a primeira década da ditadura militar, que corresponde aos três primeiros presidentes gerais, indicou credibilidade no quesito livreiro. Se em 1964, a economia dialogava com a inflação e a indústria editorial produzia 52 milhões de livros, em 1972, o valor alcançava 136 milhões (HALLEWELL, 2017). Data dessa época a realização da primeira Bienal Internacional do Livro, em São Paulo. Com a abrangência da TV, o aparelho funciona como vértice fundamental da consolidação da indústria cultural no Brasil. Devido a popularidade, se torna também aliada do mercado editorial. A dominância expansiva da televisão “[...] como principal meio de comunicação no Brasil favorecem um determinado segmento no mercado livreiro e nas listas de *best sellers*: o de autores de forte presença na televisão” (REIMÃO, 1996, p. 65).

O fenômeno editorial atuava em paralelo às políticas de repressão, o que dificultou e tornou arriscado o mercado livreiro das ciências sociais e de política, já que um título ou apenas uma palavra poderia ser mal interpretada pelos censores. Milhares de obras “[...] foram sumariamente confiscados de livrarias e de editoras pelas mais diversas razões: por falarem do comunismo (mesmo que fosse contra), porque o autor era *persona non grata* do regime, por serem traduções do russo, ou simplesmente porque tinham capas vermelhas” (HALLEWELL, 2017, p. 633).

O Recomeço aos Desconhecidos (Ou Vencidos)

Em oposição à euforia ufanista emanada pelo governo brasileiro, cerca de 40 novos comércios livreiros surgiram no início de 1970 a meados de 1980 com o perfil de editoras de oposição (MAUÉS, 2013), como as paulistas Alfa-Ômega, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós; as cariocas Graal, Paz e Terra, Vozes, Zahar e a gaúcha L&PM. “O que caracterizava o conjunto das editoras de oposição era seu perfil e sua linha editorial claramente oposicionistas, sem que isso implicasse que essas empresas tivessem necessariamente vinculações políticas explícitas” (MAUÉS, 2013, p. 13). Ademais, como a oposição ao regime uniu vários dissidentes ideológicos, não se pode mencionar que editoras de oposição sejam sinônimo de editoras de esquerda. “[P]arece que nenhum livro

de oposição era apenas um produto editorial e comercial. Ele era uma manifestação política pública, que se dirigia aos formadores de opinião, ou ao menos tinha essa pretensão” (MAUÉS, 2013, p. 29).

No âmbito editorial, a década de 1980 também serviu para revelar os bastidores do regime militar por meio dos livros de ex-presos políticos, denúncias de militantes de oposição e até de narrativas sobre temas tabus (MAUÉS, 2013). Isso é corroborado ao levantamento elaborado por Reimão (1996), em que os assuntos mais presentes entre os títulos de autores nacionais mais comercializados no setor de não ficção eram, nesta ordem, “Política e/ou economia atual ou recente” (36%), “Memórias, biografias e autobiografias” (30%) e “Sexo, educação, psicologia e/ou feminismo” (21%). De acordo com Reimão (1996, p. 94), “[...] o clima de otimismo e participação é um dado qualitativamente importante para se entender o aumento da presença de autores nacionais entre os mais vendidos em 1985”. Data deste ano, a publicação da biografia *Olga*, que permaneceu 29 meses na lista dos livros mais vendidos e, por isso, é “[...] o maior best-seller jornalístico do Brasil de 1966 a 2004” (CATALÃO JR, 2010, p. 108).

A tendência apontada para a década de 1990 – baseada nos anos 1990 a 1995 - era os leitores brasileiros aprovarem o tema esotérico no segmento ficção e os livros de autoajuda na categoria de não-ficção (REIMÃO, 1996). Entretanto, os anos 1990 serviram para consolidar as obras de cunho biográfico. Segundo pesquisa indicada por Vilas Boas (2002), entre os anos de 1995 e 1997, o número de títulos biográficos comercializáveis no Brasil praticamente dobrou. “O que se sabe, com certeza, é que as três biografias mais comercialmente bem-sucedidas daquele período foram *Chatô*, *Mauá* e *Estrela solitária*. As três lideraram as listas dos livros de não-ficção mais vendidos em novembro de 1995” (VILAS BOAS, 2002, p. 23). Assis Chateaubriand e Irineu Evangelista de Sousa, o visconde de Mauá, foram pessoas importantes, mas que não estavam à frente de tudo, como monarcas ou estadistas da época. Também não eram da classe laboral; porém, atuavam no controle, por meio dos bastidores. Por sua vez, Manoel Francisco dos Santos, o Garrincha, teve a apoteose no futebol durante as décadas de 1950 e 1960, mas foi vencido pelo alcoolismo e acabou na miséria. Ainda como reflexo dos anos 80, a narrativa biográfica da década seguinte serviu para retirá-lo do patamar de herói nacional e torná-lo comum entre os admiradores. “À época do lançamento de *Estrela Solitária*, Ruy afirmou que o objetivo de uma biografia é revelar o ser humano

para quem se habituou a só ver o herói e mostrar o herói para quem só teve a chance de conhecer o ser humano” (VILAS BOAS, 2002, p. 127). Essa opinião sintetiza uma das funções das escritas de vida: a desmistificação do personagem.

Mulheres Jornalistas, Mulheres Protagonistas

Em levantamento preliminar desenvolvido a partir dos catálogos das editoras associadas ao Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), realizado no mestrado⁴ do autor junto à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), inferiu-se que os grupos editoriais Companhia das Letras, Record, L&PM, Globo Livros, Planeta do Brasil, Intrínseca, Rocco, Sextante, Scortecci e Ediouro, nesta ordem, são as dez editoras que mais editam biografias no Brasil. Como o objetivo da futura tese é identificar a produção biográfica de mulheres jornalistas brasileiras no período de 1990 a 2020, este texto se ateve em apresentar somente as que biografam mulheres, conforme descrito a seguir.

O levantamento encontrou seis trabalhos. A obra *Uma tempestade como a sua memória - a história de Lia, Maria do Carmo Brito*, escrito por Martha Vianna em 2003; *Nasci para sonhar e cantar: D. Ivone Lara – A mulher no samba*, de Mila Burns, publicado em 2009; *Dercy de cabo a rabo*, assinado por Maria Adelaide Amaral no ano de 2011. Completam a lista *Maria Bonita - sexo, violência e mulheres no cangaço*, de Adriana Negreiros, editado em 2018; a biografia *Santa Dulce dos Pobres - a vida, a fé e a santidade do Anjo Bom da Bahia*, escrito por Mariana Godoy no ano de 2019 e o livro *Os dois mundos de Isabel*, de Daniela Arbex, em 2020.

As reflexões levantadas por Vilas Boas (2008) culminaram em uma proposta de reinterpretção da escrita biográfica. Resultado da tese defendida no doutorado realizado na Universidade de São Paulo (USP), Vilas Boas (2008) propôs avaliar toda a biografia a partir de seis quesitos: *Descendência, Fatalismo, Extraordinariedade, Verdade, Transparência, Tempo*. Detalhe: o autor utilizou de sete obras biográficas⁵ cujas sete protagonistas são masculinos escritos por seis autores homens. Portanto, este artigo se

⁴ Embora tenha sido realizado, o levantamento da SNEL não foi empregado no trabalho final do mestrado. Para a dissertação, o autor utilizou somente os dados das editoras conveniadas à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU).

⁵ Com o intuito de provar sua hipótese, Vilas Boas (2008) apresenta recortes das obras JK: O artista do impossível, de Claudio Bojunga; O anjo pornográfico: A vida de Nelson Rodrigues e Estrela solitária: Um brasileiro chamado Garrincha, ambos de Ruy Castro; Chatô: O rei do Brasil, de Fernando Morais; Mauá: Empresário do Império, de Jorge Caldeira; Morte no paraíso: A tragédia de Stefan Zweig, de Alberto Dines e Fidel Castro: Uma biografia consentida, de Cláudia Furiati.

propõe a uma atualização dessa metodologia, já que a amostra da futura tese são biografias de mulheres escritas por mulheres jornalistas.

Pela questão de tempo e espaço, o artigo se pautará em duas obras biográficas: *Maria Bonita - sexo, violência e mulheres no cangaço* (NEGREIROS, 2018) e *Santa Dulce dos Pobres - a vida, a fé e a santidade do Anjo Bom da Bahia* (GODOY, 2019). Não será abordado aqui a trajetória das duas jornalistas ou os bastidores das produções dos livros. Somente o foco em como as personagens principais foram apresentadas ao público por meio dos dois livros. Antes de analisar, é importante levar em consideração alguns pontos. Maria Gomes de Oliveira, a Maria de Déa (Maria Bonita) é baiana nascida em 1911; Maria Rita de Sousa Brito Lopes Pontes (Santa Dulce dos Pobres) também é natural da Bahia, do ano de 1914. Além disso, em ambos os casos, as protagonistas possuem um caráter mítico – a primeira por ser a companheira de Virgulino Ferreira da Silva, o bandoleiro Lampião; a segunda, por ser a primeira mulher nascida no Brasil canonizada pela Igreja Católica. Também se deve mencionar o fato de que as trajetórias delas são retratos de decisões em torno de objetivos pessoais: enquanto Maria Bonita abdicou de um casamento infeliz para viver ao lado de Lampião - e seu passado auxilia na reescrita da história do cangaço -, Santa Dulce ilumina o cotidiano das mulheres que optaram em se dedicar à vida religiosa.

De acordo com Vilas Boas (2008), a primeira característica observada nos biografados é a *descendência*. Segundo ele, a relação genética é um ponto fundamental no processo biográfico. Falar dos pais ou avós é até natural se a intenção é reconstruir o passado de alguém. Mas evidenciar relações de causas e efeitos parece ser uma tentativa exagerada ou até complicada. “Dentro desse cenário, me pergunto se, do ponto de vista do biografismo, é sensato [...] invocar a ascendência consanguínea quando não se sabe exatamente os porquês de uma atitude ou característica é recurso, falta de recurso ou estreiteza filosófica” (VILAS BOAS, 2008, p. 49). No caso de Maria Bonita, o primeiro capítulo foi dedicado a revisitar histórica da família, onde se apresentam rapidamente os pais – José Gomes de Oliveira, o Zé de Felipe, e Maria Joaquina Conceição de Oliveira, dona Déa - e a fama do então marido, José Miguel da Silva, o Zé de Neném. Sobre o pai, o que se sabe é que ele aprovava o relacionamento da filha. “Considerava Neném um genro promissor, homem com profissão definida, capacitado para dar segurança e sustento à família” (NEGREIROS, 2018, p. 18). Já a mãe não concordava com o genro,

pois se conhecia abertamente o passado e o presente dele. Ainda por cima, desconfiava da capacidade sexual, já que ainda não engravidara a filha (NEGREIROS, 2018). Por outro lado, Godoy (2019) conta que a família sempre forneceu o apoio para a santa. Ou seja, o fator descendência está presente na biografia quando relata que Dulce ficou aos cuidados de três tias quando se tornou órfã de mãe muito cedo. Ou que a caridade estava encravada na família Pontes. “O dr. Augusto era um dentista que dedicava parte do seu tempo a percorrer os bairros mais carentes de Salvador e tratar os dentes das crianças. [...]. Com o tempo, conseguiu abrir um posto odontológico numa entidade chamada Abrigo dos Filhos do Povo” (GODOY, 2019, p. 19).

O segundo aspecto levantado por Vilas Boas (2008, p. 99) é o *fatalismo*, muito relacionado à carreira, obra ou legado do protagonista. “É como se os biógrafos estivessem nos dizendo assim: meu personagem estava fadado a construir uma obra notável; nada nem ninguém poderia impedir seu extraordinário feito”. Olhar para trás e perceber todo o carinho e cuidado que a então Irmã Dulce tinha com os mais oprimidos na Bahia é ser justo com as atitudes dela. “Como ninguém recebia os seus doentes, como não havia lugar para eles, Irmã Dulce teve uma ideia que a princípio soava um pouco maluca. [...] Procurou a madre superiora e pediu permissão para levar os seus doentes para o galinheiro atrás do convento” (GODOY, 2019, p. 38). Entretanto, não se pode inferir que a biografada seria uma mártir ou teria um futuro de reconhecimentos. Da mesma forma, não se pode concluir que Maria Bonita seria uma mártir do cangaço. Contudo, algumas características descritas por Negreiros (2018) fazem da moça um personagem peculiar. Sejam as discussões ou as brigas que tinha com o marido – as quais geralmente culminava na fuga de Maria para a casa dos pais, o caráter da moça era tido como transgressor. “Maria de Déa era, portanto, em quaisquer circunstâncias, uma mulher de comportamento transgressor. De uma senhora casada, ainda que insatisfeita com o relacionamento, esperava-se nada além de cega obediência ao marido” (NEGREIROS, 2018, p. 22)”.

Vilas Boas (2008) enumera a *extraordinariedade* como terceira característica. Aqui, vale a pena se indagar quais os atributos de uma pessoa fazem com que ela seja lembrada na posteridade. Coragem? Bondade? Determinação? Sem entrar nos critérios editoriais, infelizmente, somente essas virtudes não são o suficiente para que um ser humano seja homenageado por meio de um livro. Para Vilas Boas (2008, p. 129), “[...] as

peças consideradas extraordinárias excitam, orientam, alertam. Estátuas de grandeza estão presentes na imaginação de todos nós. Personificam o que há de sublime e repugnante na arte de viver”. Nos anos 1920, em meio a primeira onda feminista que ocorria na Europa, o Brasil ainda estava atrasado na discussão – ainda mais em pleno sertão baiano. A própria história do primeiro encontro da menina com Lampião, em 1929, é recheada de percalços e romances. Porém, “[...] o fato é que, ao longo daquele ano, a filha de seu Zé de Felipe largaria de vez o marido e engataria um romance com o Rei do Cangaço. Durante todo o ano de 1929, Virgulino interrompe suas incursões sertão adentro para visitar [...] a namoradinha de Malhada da Caiçara” (NEGREIROS, 2018, p. 41), nome do povoado em que os pais dela residiam. Já o caráter extraordinário da santa brasileira convergia ao fato de ir além dos limites. Se precisasse de ajuda, ela procurava quem pudesse fornecer um auxílio. E assim foi com os presidentes Eurico Gaspar Dutra, Ernesto Geisel, João Batista Figueiredo, José Sarney. “Dulce era mulher obstinada, a ponto de muitos dizerem que não era possível fugir daquela freirinha com olhar pidão. Era sempre objetiva e direta, mesmo com as mais altas autoridades”. (GODOY, 2019, p. 60).

O quesito da *verdade*, citado por Vilas Boas (2008), funciona como uma orientação, uma espécie de alerta a respeito da totalidade de uma vida em centenas de páginas de livro. Sem desmerecer o zelo do jornalista pela quantidade de páginas ou volumes em que se divide a obra, dos documentos pesquisados, das pessoas entrevistadas, nada irá se aproximar da totalidade do indivíduo verdadeiro, de carne e osso. Nas biografias de Maria Bonita e Santa Dulce, Negreiros (2018) e Godoy (2019) utilizaram, respectivamente, 119 materiais (quatro arquivos eletrônicos, 11 filmes, 19 jornais e revistas, três sites, além de 82 livros e artigos acadêmicos) e apenas um – por coincidência, uma outra biografia da então Irmã Dulce. “A célula-mãe da biografia é exatamente o humano e seus entornos, ambos imensuráveis, incalculáveis, indecomponíveis. Em uma biografia, enfrenta-se o real” (VILAS BOAS, 2008, p. 161). Entretanto, preocupa-se a maneira em que Godoy (2019, p. 14) descreveu o processo de narrar a história da santa ao afirmar que o livro é “[...] uma espécie de biografia, mas não *qualquer* biografia, dessas repletas de frieza e rigores acadêmicos. Não. Trata-se de uma biografia *verdadeira*, [...] fruto do deslumbramento e da esperança que vêm de experimentar a presença de uma santa em tantos testemunhos”.

Transparência tem muito a ver com a característica debatida no parágrafo anterior. Ao revelar os bastidores da produção, os jornalistas biógrafos também confessam suas dificuldades, limitações, um percurso recheado de inseguranças e que, geralmente, não está explícita no trabalho. Para Vilas Boas (2008, p. 180), “[...] a narrativa sobre o biografado reflete elementos da vida do biógrafo também, embora esses elementos nunca nos sejam explicitados. [...] Raras são as biografias consideráveis nas quais os autores se assumem, se expõem, se permitem. Ao contrário, procuram se esconder”. Mesmo que a obra biográfica seja algo subjetivo, resultado de seleções a partir de critérios pré-determinados, pouco se percebe da posição do autor nas narrativas, limitada apenas ao prefácio ou a seção de agradecimentos. Nas biografias estudadas, houve uma flexibilidade na participação das autoras na história, observadas especialmente no vocabulário aplicado, nada que atrapalhasse a narrativa, prejudicasse a leitura ou desmerecesse o biografado. Negreiros (2018) utilizou expressões que pudessem aproximar o leitor da história da protagonista, ambientada dos anos 1930, como nas citações a seguir “[...] foi atingido por uma saraivada de balas” (NEGREIROS, 2018, p. 28), “Como não utilizavam métodos contraceptivos e precisavam estar disponíveis para seus homens, as cangaceiras podiam pegar barriga a qualquer momento” (NEGREIROS, 2018, p. 63), “Maria de Déa, de fato, estava sempre nos trinques” (NEGREIROS, 2018, p. 64), “Por um azar do cão” (NEGREIROS, 2018, p. 80), “[...] Maria era um ás no vinte e um e ficava uma fera quando perdia uma rodada” (NEGREIROS, 2018, p. 85). A biógrafa de Santa Dulce seguiu a proposta de maneira mais imersiva. Em vários trechos do livro, Godoy (2019, p. 70) se coloca na história a fim de compartilhar que foi até a localidade da biografada para sentir a experiência de contato com a herança dela. “Quando estive na Bahia, pude ver a imagem diante da qual rezava, dentro de uma redoma de vidro, todo quebradinho”. Nesta, a autora também comprova sua passagem por Salvador, ao fazer menção ao legado filantrópico da santa. “O Hospital Santo Antônio é o maior complexo de saúde pública do Brasil. Quem, como eu, já pôde estar lá, fica encantado, deslumbrado, desconcertado. É responsável por quase metade dos atendimentos de Salvador, com mais de dois milhões de procedimentos médicos por ano” (GODOY, 2019, p. 90).

Por fim, o tópico destinado ao *tempo*. “O passado conserva-se no espírito de cada ser humano e aflora à consciência na forma de imagens-lembranças. Ao lado da história

escrita, das datas, da descrição de períodos e dos intervalos regulares de tempo há lembranças que não desaparecem” (VILAS BOAS, 2008, p. 230-231). Porém, para recordar é necessário primeiro esquecer. É desafiador enumerar os fatos de maneira precisa, como exatamente aconteceu - o mais próximo disso seria citar aquilo que a memória afetiva decidiu guardar. Portanto, como saída, Vilas Boas (2008) sugere aos jornalistas que os livros biográficos possam tratar de episódios, ao invés de uma linha cronológica. Todavia, Negreiros (2018) tratou de seguir a narrativa no sentido nascimento-morte e, ainda, dedicou o epílogo para descrever alguns fatos que ocorreram no quesito histórico logo após o assassinato da biografada. Da mesma forma, Godoy (2019), opta por descrever a infância comum de Dulce até o processo de canonização, embora haja algumas antecipações de fatos ao longo da narrativa.

Considerações Finais

Ao longo dos anos, as biografias serviram para reforçar aspectos de liderança, virilidade, bravura, características essas associadas ao exemplo do ser homem. Em períodos ditatoriais, busca-se coesão nacional em tono de uma figura mítica, heroica e que possa simbolizar orgulho de um passado exitoso. Recorre-se, portanto, às figuras de grandes personalidades (homens) que simbolizam esse panteão nacional. À época do Estado Novo de Getúlio Vargas até o otimismo popular embalado pelo governo de Juscelino Kubitschek, o mercado editorial, bem como as incipientes biografias, engrandecia os heróis do Império, os estadistas da República. Além disso, coincidiu o apogeu do rádio, em que as vozes de artistas provocavam imaginações a respeito de como as celebridades viviam no Olimpo privado. Já na década de 1970, quando se alcança o clímax da ditadura militar, o mercado editorial – mesmo sob censura -, publicou algumas obras que fortaleceram a identidade brasileira, na tentativa de se desvincular do indivíduo perfeito e intocável. Contudo, as biografias de pessoas comuns, anônimas, especialmente as “derrotadas” pelo regime – motivadas pelo fim da censura -, foram vir à tona somente após 1985.

Parece ser consenso discutir relações de gênero e aspectos do feminino no Brasil atual. Entretanto, nem sempre foi assim e isso é notável na quantidade de mulheres jornalistas que escrevem livros biográficos a respeito de mulheres. Tendo em vista essa lacuna, a futura tese se propõe a elaborar um mapa dos protagonistas biografados por

jornalistas no Brasil e discutir a participação das mulheres jornalistas enquanto biógrafas. Assim, a investigação se esforça em responder o comentário de Vilas Boas (2002, p. 12): “Infelizmente, estudos sobre biografias são ocasionais nas universidades brasileiras. [...] Tampouco se encontra à disposição uma teoria biográfica geral ou uma história da biografia no Brasil”. No caso, uma história contada a partir da visão silenciada.

Em síntese, eis algumas observações preliminares sobre os tópicos avaliados nas duas obras, mas que não podem ser generalizadas para os demais títulos. No quesito *descendência*, a família se torna algo intrínseco à formação das personagens. Mas não se pode confirmar que as influências do pai e da mãe irão favorecer o desenvolvimento das meninas. Bem como o *fatalismo*, que nos dois casos, as jornalistas se esforçam em desconstruir uma mitificação popular – embora uma das protagonistas seja santa. A *extraordinariedade* é aqui observada mais pelo caráter transgressor ou libertador do que uma grandeza associada a um lugar ocupado.

Enquanto isso, os demais quesitos – *verdade*, *transparência* e *tempo* - são mais respeitados pelas jornalistas. As biógrafas possuem a noção de que a biografia precisa ser lida por um público amplo e leigo; portanto, a leitura precisa ser acessível. Ao contrário de biografias com mais de 300 páginas, as quais eram normais há 20, 30 anos, hoje, as jornalistas possuem a sensibilidade de que menos páginas também significa trabalho mais apurado, mais checado e mais confiável. Ademais, as jornalistas se preocupam em incluir juízos de valor, decisão que se considera acertada. Se alguns homens já eram transparentes, as mulheres buscam ser ainda mais – fator que aproxima os leitores das autoras, pois faz com que a história tenha mais projeção nos dias hoje. Por fim, o tópico *tempo* não é algo que influencie a condução do trabalho. Pelo contrário, a escolha pelo método de narrativa é mais pessoal e essa subjetividade é que dá o tom da leitura biográfica. Afinal, segundo Vilas Boas (2002, p. 11), “[...] biografia é o biografado segundo o biógrafo. Em outras palavras, um trabalho autoral”.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M.. “A indústria cultural - o esclarecimento como mistificação das massas”. In: ADORNO, T.; HORKHEIMER, M.. **Dialética do Esclarecimento** - fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

ANDRADE, M. G.. **Anel encarnado** - biografia e história em Raimundo Magalhães Junior. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CATALÃO JR, A. H.. **Jornalismo *best-seller*** - o livro-reportagem no Brasil contemporâneo, Araçatuba, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2010.

COSTA, C.. **Pena de Aluguel** - escritores jornalistas no Brasil, 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DOSSE, F. **O desafio biográfico** - escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2015.

GODOY, M.. **Santa Dulce dos Pobres** - a vida, a fé e a santidade do Anjo Bom da Bahia. Rio de Janeiro: Petra, 2019.

HALLEWELL, L.. **O livro no Brasil** - sua história. São Paulo: Edusp, 2017.

INGLIS, F.. **Uma breve história da celebridade**. Rio de Janeiro: Versal, 2012.

MATOS, O. C. F.. **A Escola de Frankfurt** - luzes e sombras do Iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993.

MAUÉS, F.. **Livros contra a ditadura** - editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

NEGREIROS, A.. **Maria Bonita** - sexo, violência e mulheres no cangaço. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

ORTIZ, R.. **A moderna tradição brasileira** - cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.

REIMÃO, S.. **Mercado editorial brasileiro, 1960-1990**. São Paulo: Com-Arte Fapesp, 1996.

RÜDIGER, F.. “A escola de Frankfurt”. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (orgs.). **Teorias da Comunicação** - conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2015.

SODRÉ, N. W.. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VILAS BOAS, S.. **Biografia e biógrafos** - jornalismo sobre personagens. São Paulo: Summus, 2002.

VILAS BOAS, S.. **Biografismo** - reflexões sobre as escritas da vida. São Paulo: Editora UNESP, 2008.